

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**18ª Sessão Ordinária de 2015**

Dia: 22/09/2015

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul  
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

**PAUTA DESTA SESSÃO**

**PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS**

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 1) Proposição n.º 0.00.000.001310/2013-74  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP n.º 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal
  
- 2) Proposição n.º 0.00.000.000704/2014-96  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 06/10/2014

- 3) Proposição n.º 0.00.000.000328/2012-78  
Proponente: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro  
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

#### Pedido de Vista em 28/01/2015

- 4) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001449/2013-18 (Embargos de Declaração)
- Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas
- Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual era requerida a suspensão dos efeitos do Ato PGJ n.º 148/2013, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, bem como a revisão do mencionado ato, para garantir que a concessão do direito à dispensa do serviço aos servidores que prestaram serviço à Justiça Eleitoral não incida em dias nos quais os servidores já tem direito a folga.
- Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator Anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior)
- Origem: Amazonas
- Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

#### Pedidos de Vista em 24/02/2015

- 5) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24
- Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR
- Requerido: Ministério Público da União
- Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.
- Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 6) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36
- Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
- Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
- Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

## Pedidos de Vista em 14/04/2015

- 7) Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67  
Proponente: Conselheiro Almino Afonso  
Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 8) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10  
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira  
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
- 9) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Dirceu Dresch  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 10) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001552/2014-49  
Requerentes: Alberto Loreno Fracasso; Everaldo Mazieira; Marcio Junji Hayashida; Rogério Dobrzanski; Thiago Stanley Gurski  
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Paraná  
Assunto: Visa apurar a regularidade de ato administrativo da Procuradoria da República no Município de Pato Branco/PR, que impõe aos servidores o desempenho de plantão criminal à margem de qualquer regulamentação ou contrapartida mediante banco de horas.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Paraná  
Vista: Presidente

Pedido de Vista em 12/05/2015

- 11) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000225/2014-70 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000465/2013-93)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedido de Vista em 09/06/2015

- 12) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001775/2014-14  
Requerente: Isis Guimarães de Azevedo – Procuradora de Justiça do Distrito Federal e Territórios  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Assunto: Requer a anulação da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no Processo n.º 08190.061342/14-47, em razão de suposta ofensa ao princípio da legalidade naquilo em que trata do instituto da reversão.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 28/07/2015 – 13ª Sessão Ordinária

- 13) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001246/2013-21  
Requerente: José Nilton Teodoro  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Minas Gerais em dar andamento à denúncia protocolada sob o n.º 1668, a qual trata de irregularidades em negociação de permuta entre a Prefeitura e empreiteira do Município de Divinópolis/MG.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira (Relator Anterior: Cons. Jarbas Soares Júnior)  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 14) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02  
Proponente: Presidência do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

- 15) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001184/2014-39  
Requerente: Maria Valdelina Sanches Lacerda  
Interessado: Ronaldo Meira Vasconcellos Albo – Procurador Regional da República  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado do Amapá em apurar o desaparecimento de cidadão no município de Santana.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 16) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001432/2014-41  
Requerente: Maxwell Pariz Xavier  
Advogado: Diógenes Lemos Calheiros – OAB/CE nº 24.015  
Requeridos: Ministério Público do Trabalho  
Ministério Público Federal  
Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho, para que disponibilizem cópias integrais, inclusive gravação de áudio e degravações, do Inquérito Administrativo nº 2.00.000.001762/2014-26, do PIC nº 1.15.002.00709/2013-30 e do PIC nº 1.15.002.000643/2013.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira (Relator Anterior: Cons. Jarbas Soares Júnior)  
Origem: Ceará  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 29/07/2015 – Continuação da 13ª Sessão Ordinária

- 17) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001028/2013-97  
Requerente: Edmar Azevedo Monteiro Filho – Procurador de Justiça  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Assunto: Requer a revisão da decisão proferida pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Acre no Processo nº 52/2012, bem como o reconhecimento da nulidade do Ato nº 46/2010, o qual regulamentou a concessão de diárias no Ministério Público do mencionado Estado.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)  
Origem: Acre  
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 18) Proposição n.º 0.00.000.001478/2013-80  
Proponente: Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre as férias dos membros dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Antônio Pereira Duarte  
Cons. Walter de Agra Júnior

- 19) Proposição n.º 0.00.000.001569/2014-04  
Proponente: Conselheiro Jarbas Soares Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que altera o § 4º do art. 2º, da Resolução CNMP n.º 23/2007.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

- 20) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70  
Proponente: Presidência do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Esdras Dantas de Souza
- 21) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000433/2015-50 (Julgamento Conjunto com os Processos n.º 0.00.000.000472/2015-57 e n.º 0.00.000.000475/2015-91)  
Requerente: Juliano da Silva – Promotor de Justiça do Estado do Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Requer a determinação para o pagamento da gratificação pelo exercício cumulativo de funções devida a membro do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme disposto na legislação estadual.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira (Relator Anterior: Cons. Jarbas Soares Júnior)  
Origem: Paraná  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 22) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000559/2015-24  
Requerente: Luís Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do Trabalho  
Requerido: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Requer a desconstituição da decisão administrativa do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, no Procedimento n.º 2.02.000.003887/2015-05.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

### Pedidos de Vista em 25/08/2015

- 23) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000238/2015-20  
Requerente: Moacir Guimarães Morais Filho – Subprocurador-Geral da República  
Requerido: Ministério Público Federal  
Assunto: Requer o controle da decisão do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que ensejou a edição da Portaria PGR/MPF n.º 505/2014, estabelecendo a composição das Câmaras de Coordenação e Revisão.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior  
Cons. Otávio Brito Lopes
- 24) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000275/2015-38  
Requerente: Moacir Guimarães Morais Filho – Subprocurador-Geral da República  
Requerido: Ministério Público Federal  
Assunto: Requer o controle de ato do Conselho Institucional do Ministério Público Federal, no Processo n.º 1.00.000.016261/2014-08, que decidiu pela inexistência de impedimento de atuação e votação de cônjuges ou companheiros no âmbito de Órgão Colegiado.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Otávio Brito Lopes

### Pedidos de Vista em 08/09/2015

- 25) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001420/2014-17  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Assunto: Visa apurar a correção das distribuições processuais no Ministério Público do Estado de Pernambuco.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Orlando Rochadel Moreira
- 26) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001612/2014-23 (Recurso Interno)  
Recorrente: José Carlos Paes – Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Advogado: André Hespanhol – OAB/RJ n.º 109.359  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Rio de Janeiro  
Vista: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Cons. Otávio Brito Lopes

- 27) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001733/2014-75  
Requerente: Ricardo Barichello Butzer  
Advogados: Luciano Galvão Novaes – OAB/RJ n.º 181.650; Paulo Dóron Rehder de Araujo – OAB/SP n.º 246.516; e outros  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Requer que seja desconstituída a decisão de exoneração do requerente, proferida pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado de São Paulo, determinando-se, por consequência, o seu vitaliciamento no cargo de Promotor de Justiça do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: São Paulo  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 28) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000249/2015-18 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000468/2015-99)  
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT  
Interessados: Ângelo Fabiano Farias da Costa – Vice-Presidente da ANPT  
Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Requer que seja determinado à Procuradoria Geral do Trabalho que efetue o pagamento da ajuda de custo por remoção a pedido aos membros do Ministério Público do Trabalho, cujos atos de remoção se deram em período inferior a 12 meses entre a nomeação e a primeira remoção no cargo.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

### **Processos Remanescentes**

#### **Incluído na pauta da 16ª Sessão Ordinária (18/08/2014)**

- 29) Proposição n.º 0.00.000.000235/2013-24  
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes  
Assunto: Proposta de Resolução que proíbe a subvenção de entidades privadas com fins lucrativos aos congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares realizados, promovidos ou apoiados pelo Ministério Público e suas Escolas Oficiais, com participação dos seus membros.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal

#### **Incluídos na pauta da 4ª Sessão Ordinária (24/02/2015)**

- 30) Proposição n.º 0.00.000.001106/2014-34  
Proponentes: Conselheiro Esdras Dantas de Souza; Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante ao pedido de sustentação oral nas sessões deste Conselho.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal



- 31) Proposição n.º 0.00.000.001107/2014-89  
Proponentes: Conselheiro Esdras Dantas de Souza  
Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante ao momento processual adequado para o oferecimento de rol de testemunhas, pelo processado, no processo administrativo disciplinar.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 6ª Sessão Ordinária (24/03/2015)

- 32) Proposição n.º 0.00.000.000860/2014-57  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a adoção de videoconferência na instrução de processos e procedimentos disciplinares no âmbito do Ministério Público dos Estados.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
- 33) Proposição n.º 0.00.000.000135/2015-60  
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Assunto: Proposta de Emenda Regimental, que altera o parágrafo único do artigo 59, da Resolução CNMP n.º 92/2013 (Regimento Interno).  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 9ª Sessão Ordinária (12/05/2015)

- 34) Proposição n.º 0.00.000.000171/2014-42  
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza  
Assunto: Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão Ordinária (23/06/2015)

- 35) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000543/2013-50 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000443/2013-23)  
Requerente: Luís Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do Trabalho  
Requeridos: Ministério Público da União e Ministério Público dos Estados  
Assunto: Requer que o Conselho Nacional do Ministério Público normatize a questão das cotas para ingresso de representantes de minorias étnico-raciais nos concursos do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal

- 36) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE nº 122/1994.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Rio Grande do Norte
- 37) Proposição n.º 0.00.000.000359/2014-91  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que modifica a Resolução CNMP nº 73/2011 e estabelece limites objetivos para a atividade de magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 38) Proposição n.º 0.00.000.000903/2014-02  
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega  
Assunto: Proposta de Resolução que altera o art. 2º, caput e § 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011, para permitir que membros do Ministério Público Brasileiro possam exercer o magistério, cumulativamente com suas funções ministeriais, em municípios de sua Comarca ou circunscrição de lotação.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 39) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001327/2014-11  
Requerente: Emanuela Mesquita Ferreira Lima  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Ceará em concluir o processo nº 21913/2011, que tramita na Procuradoria dos Crimes contra a Administração Pública, a qual apura perda atuarial em mais de 55 municípios do Estado do Ceará, que adotaram o regime próprio de Previdência Social.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Ceará

- 40) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001738/2014-06  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará  
Interessados: Erasmo Chaves Coelho – Diretor de Formação e Cultura do SISEMPPA  
Maurício Santos Matos – Diretor-Presidente do SISEMPPA  
Raimundo Edinaldo da Silva Paes – Diretor de Finanças do SISEMPPA  
Roberto Carlos Soares Figueiredo – Diretor de Imprensa e Comunicação do SISEMPPA  
Silvio Claudio Mendes da Silva – Diretor de Finanças do SISEMPPA  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Assunto: Requer a verificação de irregularidades na candidatura de membro do Ministério Público do Estado do Pará ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, o qual supostamente figura como sócio de empresa privada.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Pará
- 41) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.000139/2015-48  
Requerente: Matias Joaquim Coelho Neto  
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Ceará  
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida nos autos do Processo CNMP n.º 0.00.000.0001192/2011-32, visando proibir o exercício do magistério no horário das 8h às 18h, por parte de membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Ceará.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Ceará
- 42) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000164/2015-21  
Requerente: Comissão das Mães da APAE de Bertioga  
Interessado: Ariadine Sarris Machado  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Requer providências em relação à atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo em apurar denúncias de irregularidades e má gestão da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes – APAE do Município de Bertioga.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: São Paulo
- 43) Proposição n.º 0.00.000.000166/2015-11  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Recomendação que dispõe sobre diretrizes de atuação dos membros do Ministério Público com a finalidade de evitar a entrada e permanência de aparelhos celulares em unidades prisionais.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 14ª Sessão Ordinária (29/07/2015)

- 44) Proposição n.º 0.00.000.000066/2015-94  
Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Assunto: Dispõe sobre a criação de sistema de controle de prazos eleitorais, conforme previsto no artigo 26-B, § 3º, da Lei Complementar n.º 64/90, com redação dada pela Lei Complementar n.º 135/2010.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 45) Proposição n.º 0.00.000.000167/2015-65  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que define a política institucional do Ministério Público na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal
- 46) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000172/2015-78 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB  
Advogado: Manoel Pinto – OAB/BA n.º 11.024  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerido o controle de legalidade sobre o Ato n.º 009/2014, da Corregedoria Geral do Estado da Bahia, de modo a consignar que as obrigações e prazos que coincidam em dias de fim de semana e feriados sejam prorrogados ao primeiro dia útil seguinte.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão Ordinária (18/08/2015)

- 47) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000122/2014-18  
Requerente: Harthyan Bruno Schuck de Medeiros  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Assunto: Trata-se de pedido de providências por supostas irregularidades na alocação da verba anual não gasta destinada ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Santa Catarina

- 48) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001353/2014-31  
Requerente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Procurador-Geral da República  
Requerido: Ministério Público Federal  
Assunto: Requer que seja declarada nula a decisão proferida na 6ª Sessão Ordinária de 2014, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que determinou a expedição de comunicação ao Relator do MS n.º 32.831 em trâmite no Supremo Tribunal Federal, à Relatora da Ação Penal ajuizada pelo Ministério Público Federal no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e ao Corregedor Nacional do Ministério Público, informando o resultado do julgamento do Processo Administrativo n.º 1.00.001.000201/2012-93 e encaminhando cópia do acórdão.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 49) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001608/2014-65 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Promotores de Justiça do Estado de Mato Grosso: Alexandre de Matos Guedes; Ezequiel Borges de Campos; Márcia Borges Silva Furlan; Roberto Aparecido Turin; Wagner Cesar Fachone  
Procuradores de Justiça do Estado de Mato Grosso: João Augusto Veras Gadelha; Kátia Maria Aguilera Rípoli; Luiz Eduardo Martins Jacob  
Advogado: José Fábio Marques Dias Junior/ OAB-MT n.º 6.398  
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso  
Advogados: José Leovegildo Oliveira Morais/ OAB-DF n.º 16.484  
Leonnardo Vieira Morais/ OAB-DF n.º 36.694  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada contra membros do Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Mato Grosso
- 50) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001795/2014-87  
Requerente: Paulo Adriano Nunes Miranda  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, em fornecer informações quanto às providências tomadas na denúncia protocolada sob o n.º 20K00489448.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Goiás
- 51) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000364/2015-84  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Visa apurar irregularidades por parte da 3ª Promotoria de Justiça de Águas Lindas de Goiás, na tramitação de diversos procedimentos, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Distrito Federal

- 52) Proposição n.º 0.00.000.000538/2015-17  
Proponentes: Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba  
Conselheiro Antônio Pereira Duarte  
Assunto: Proposta de Resolução que estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 53) Proposição n.º 0.00.000.000539/2015-53  
Proponente: Conselheiro Walter Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Recomendação que dispõe sobre a atuação do ministério Público na garantia da Educação Infantil.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal
- 54) Proposição n.º 0.00.000.000542/2015-77  
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Assunto: Proposta de Resolução que altera o artigo 1º, § 1º, III, da Resolução CNMP n.º 30/2008, para incluir hipótese proibitiva de indicação para exercício de função eleitoral de membro do Ministério Público.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária (08/09/2015)

- 55) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000563/2012-40 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Tocantins  
Interessado: Ercílio Bezerra de Castro - Presidente da OAB/TO  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Tocantins.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Tocantins
- 56) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001475/2013-46  
Requerente: Silvana Caren Rodrigues  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Requer a revisão da decisão proferida no Processo Administrativo MPT n.º 08130.001576/2012, que determinou a devolução ao erário de valores referentes a 356hs e 22m supostamente não trabalhadas de ex-servidora do Ministério Público do Trabalho.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal

- 57) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000334/2015-78  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe  
Assunto: Visa apurar a efetividade do controle de residência fora da Comarca no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, inclusive em relação aos casos anteriormente observados, conforme o item 7.14 do Relatório Conclusivo de Inspeção do Ministério Público do Estado de Sergipe.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 58) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000350/2015-61 (Recurso Interno)  
Recorrente: Edson Sousa da Silva  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Bahia
- 59) Revisão de Decisão do Conselho n.º 0.00.000.000551/2015-68 (Recurso Interno)  
Recorrente: Douglas Fabiano de Melo  
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Assunto: Recurso Interno interposto contra a decisão monocrática que julgou improcedente Revisão de Decisão do Conselho nos autos do Pedido de Providências n.º 0.00.000.000928/2014-06.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: São Paulo
- 60) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000619/2015-17 (Recurso Interno)  
Recorrente: Luiz Inácio Lula da Silva  
Advogados: Cristiano Zanin Martins - OAB/DF n.º 32.590  
Roberto Teixeira - OAB/SP n.º 22.823  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal

## **PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS**

### Processo com Pedido de Vista

#### Pedido de Vista em 08/09/2015

- 1) Consulta n° 1.00161/2015-41  
Requerente: Lauro Pinto Cardoso Neto  
Objeto: Possibilidade. Contratação indireta. Serviço de motorista no Ministério Público da União. Atendimento da demanda não vinculada à atividade de segurança orgânica.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Presidente
  
- 2) Proposição n.º 1.00213/2015-61  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que altera o artigo 18, V, da Resolução n° 92/2013 e cria os incisos XVII e XVIII, do mesmo artigo, para possibilitar a avocação ex officio pela Corregedoria Nacional de procedimentos disciplinares, com referendo do Plenário.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Presidente

### Processos Remanescentes

#### Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária (18/08/2015)

- 3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00004/2015-08  
Requerente: Paulo Eduardo Bueno  
Requerido: Ministério Público Federal  
Assunto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. Ministério Público Federal. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: São Paulo

#### Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária (08/09/2015)

- 4) Proposição n° 1.00060/2015-52  
Requerente: Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Objeto: Proposição. Emenda Regimental. Alteração. art. 12, § 1º do RICNMP.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal

**RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**